



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:  
(DO SR. JÚLIO REDECKER)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Altera a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

DESPACHO:

15/09/1999 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 4.728, DE 1998)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 26/10/99

REGIME DE TRAMITAÇÃO	
ORDINÁRIA	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1.683, DE 1999  
(DO SR. JÚLIO REDECKER)



Altera a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 4.728, DE 1998)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O caput do art. 1º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 1º O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, cujo valor venal não ultrapasse R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei (NR)”.*

Art. 2º Esta lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 8.009/90 possui inescandível caráter protecionista e turva importante princípio de direito, pelo qual o patrimônio do devedor responde por suas dívidas.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Por isso mesmo, tal lei tem permitido um sem-número de abusos, ao apanhar bens imóveis de vultoso valor e lhes acobertar com o manto da impenhorabilidade, sob o pretexto da proteção ao "bem de família".

O projeto que ora apresento a esta Casa de Leis visa, pois, limitar a proteção para imóveis de até um determinado valor venal (que é o utilizado como base de cálculo para a cobrança do IPTU), a fim de que a lei cumpra sua verdadeira função social, que é a de beneficiar e proteger quem realmente precisa.

Contamos com o endosso dos nobres Pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em 15 de 9 de 199 .

Deputado JÚLIO REDECKER

90810907-020.doc

Lote: 77

Caixa: 227

PL N° 1683/1999

3

PLENÁRIO - RECEBIDO

Em 15/9/88 às 20h30

Nome Carlos

Data 3.2004





**LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990.**

DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DO  
BEM DE FAMÍLIA.

Art. 1º O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta Lei.

Parágrafo único. A impenhorabilidade compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados.

.....  
.....



Câmara dos Deputados

## REQ 212/2003

**Autor:** Júlio Redecker

**Data da  
Apresentação:** 19/02/2003

**Ementa:** Requer o desarquivamento de proposições.

**Forma de  
Apreciação:**

**Despacho:** Defiro o desarquivamento (RICD, art. 105, parágrafo único). Publique-se.

**Regime de  
tramitação:**

**Em** PL 1633/99 2003

JOÃO PAULO CUNHA

Presidente

PL 1633/99

ap. ao 4728/98



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CEB 212/23

## REQUERIMENTO DE DESARQUIVAMENTO DE PROPOSIÇÃO (Do Senhor Deputado Júlio Redecker)

Requer o desarquivamento de proposições.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Excelência o desarquivamento das seguintes proposições, a seguir relacionadas:

- PEC nº 0098/1995
- PEC nº 0226/1995
- PL nº 0573/1995
- PL nº 0631/1995
- PL nº 0680/1995
- PL nº 0765/1995
- PL nº 1174/1995
- PL nº 1387/1995
- PL nº 1388/1995
- PL nº 1406/1996
- PL nº 1762/1996
- PL nº 3138/1997
- PL nº 3244/1997
- PL nº 0733/1999
- PL nº 0949/1999
- PL nº 1683/1999
- PL nº 3039/2000
- PL nº 4377/2001
- PL nº 6408/2002
- PLP nº 0098/2000

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2002.

  
Deputado Júlio Redecker  
PPB-RS

19/02/03



7C053D8B47